geralmente é contra o Poder Legislativo. Vocês veem que para a mídia cobrir alguma coisa feita pelo Legislativo é dificílimo. A mídia em geral fiscaliza bem e tal.

Eu acho importante a liberdade de imprensa. Eu não quero me meter com eles, mas a própria mídia tende a dar mais importância para o Executivo do que para o Legislativo. E no caso do Legislativo, ela pega mais as questões negativas. É verdade, é isso mesmo.

Pode fazer; eu quero ser bem fiscalizado. Agora, o problema é que acaba criando, inoculando na população um preconceito contra o Legislativo e que não vai resolver a gente tomando a atitude que nós estamos tomando. No caso dos nossos salários e a verba dos nossos gabinetes, eu acho...

Eu não vou nem falar disso, mas eu sei. Foi uma proposta para a gente fazer um gesto para a sociedade; totalmente de acordo. Então sou a favor dos 30 por cento. Sou a favor também do desconto que eu não estou me lembrando agora; seja qual desconto que for aprovado para a verba de gabinete, não tem problema nenhum.

Refazer contratos, diminuir os contratos conforme o presidente apresentou na proposta da Mesa, sem problema. Agora, funcionário não; funcionário de jeito nenhum, gente. Nós estamos abrindo um precedente. Existe na sociedade...

Do mesmo jeito que tem gente falando mal dos políticos, dizendo que eles ganham muito, tem gente na sociedade, tem gente de dentro da Assembleia Legislativa que propõe uma redução do salário do funcionalismo - não só dos comissionados, de todos.

Eu acho que passando essa proposta, que eu só posso entender que ela esteja passando pela pressão que o presidente está recebendo desses setores dentro da Assembleia, que a Mesa está recebendo pressão desses setores. Isso aí é terrível para nós.

É um precedente horrível que nós estamos abrindo. Eu não estou disposto a votar nisso. Não sei como é que eu vou fazer. Talvez eu peça licença para a bancada do PT para eu me abster ou talvez eu vote, enfim. Mas de qualquer forma eu serei um dos que vai judicializar essa questão, viu, presidente?

Vou judicializar porque eu acho que é um absurdo. Não quero que a Assembleia Legislativa na minha gestão, quer dizer, durante o meu mandato, cometa uma loucura dessa. Eu estou pedindo agora e vou receber daqui a pouco aquilo que foi preparado pela Procuradoria da Câmara Municipal de São Paulo, que é uma procuradoria de altíssimo nível.

Eu já fui presidente da Câmara, sei que é de altíssimo nível e que preparou um parecer dizendo que retirar salário de funcionário tal como está sendo feito é inconstitucional, e vai ganhar na Justiça. Isso não tenho nenhuma dúvida.

E o problema é o seguinte: com medo de que se votasse em separado essa votação seria derrotada, o relator Carlão Pignatari resolveu deixar tudo junto para dificultar uma votação em separado, que ele sabia que ia perder.

Então quero dizer o seguinte: não venham depois reclamar, que a ação na Justiça pode suspender só esse ponto, mas pode suspender o projeto inteiro. Então isso pode prejudicar. A gente talvez tenha que votar um outro projeto se a Justiça suspender, assegurando o desconto da folha dos parlamentares, etc., etc., porque se a Justiça suspender vai ser difícil.

Talvez ela suspenda tudo. Quero dizer que é muito importante que a gente reflita isso. É muito importante que a gente não ceda nessas questões de princípio porque ceder nessas questões significa, amanhã, abrir a porteira para que os funcionários tenham que pagar por aquilo que não é deles.

Por que o Judiciário não paga nada? Por que ninguém levantou projeto - digamos assim - de indicativo para o Judiciário abrir mão dos seus privilégios? Por que não fez isso em relação ao Governo do Estado, secretários? Não, não. É só a gente cedendo a uma pressão horrível, que é mais uma pressão antiparlamentar, antidemocrática - na minha opinião - do que uma pressão legítima.

Os 30% dos deputados, tudo bem, nós vamos abrir mão. Não tem problema. É um gesto à sociedade. Vamos abrir mão também da nossa verba de custeio. Agora, com relação ao funcionalismo, é um absurdo o que estamos fazendo.

Nós estamos votando uma ilegalidade. Espero que, não sendo aprovado aqui - ou talvez seja, porque o presidente não quer destacar, a Mesa não quer destacar - espero que a Justiça, já na semana que vem, suspenda em caráter liminar esse ponto.

Esse ponto, evidentemente, envolve também o vale-refeição. Isso é um absurdo. É uma mesquinharia pegar o vale-refeição dos funcionários. É um negócio do outro mundo. Mas é isso. Infelizmente é isso. As coisas chegaram a esse ponto.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para concluir, deputado José Américo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - Já estou concluindo. Então, um abraço para o senhor, presidente. Era isso que eu queria deixar claro.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O próximo inscrito é o deputado César. Deputado César ausente. Deputada Professora Bebel, tem a palavra Vossa Excelência.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Está aberto já para eu falar? Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste através da TV Alesp. É sempre uma satisfação. E para debater esses temas, os temas diversos que a Casa coloca para debate.

Eu quero dizer, e eu estou muito à vontade para dizer, porque eu sou funcionária pública e sou oriunda do funcionalismo público. Sim, não concordo, uma questão de princípio, é verdade.

A gente, de certa maneira, luta para melhorar o salário de servidores públicos, luta para que os direitos não sejam retirados. Enfim, nós estamos diante de uma ofensiva que coloca - e eu tenho pleno acordo com a nossa contribuição dos deputados, dos 30 por cento. Aliás, eu gostaria que ele fosse também escalonado. O líder, ouvindo o deputado Carlão Pignatari, ele disse: "Não tem deputado de primeira e nem de segunda". Não é que é de primeira e de segunda.

Tem deputado que tem, sim. Mas, por exemplo, o professor não ganha tal qual quem é o outro deputado que não é professor. Mas, enfim, foi matéria vencida. Passou na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no congresso de comissões. Não vou fazer esse debate.

Também o debate com relação... na verdade é importante que eu também ressalve que a bancada do Partido dos Trabalhadores, no dia de ontem, procurou o deputado Cauê Macris.

Procurou o deputado Carlão Pignatari. O deputado Enio Tatto esteve, como também esteve o Milton, o deputado Milton Leite. Estivemos lá exatamente para tratar dessa questão dos funcionários. Levantamos números. Enfim, fizemos vários exercícios.

Contudo, algumas coisas, eu entendo, avançaram. Mas não é por isso que eu votaria. Eu votaria porque eu não quero ficar com a pecha de que a gente não está querendo votar porque simplesmente envolve o salário de deputado. Que é isso que está dando impressão, muito, para a sociedade, de que nós estamos aqui enrolando, não estamos querendo votar por conta do salário de deputado.

Eu quero estar muito tranquila com relação a isso. Porque não estou preocupada com a questão dos nossos salários. E se a metodologia colocada foi a de colocar junto, enfim, nós vamos, a bancada do PT, uma parte da bancada, como o José Américo colocou, à luz do pouco que se avançou... Porque, veja bem, no início era de 20%, o limiar. Depois, quem tem até o teto do INSS não vai contribuir com 20%, depois 10%, depois 20 por cento.

Eu não admito que nenhum partido, mas nenhum partido, venha questionar o Partido dos Trabalhadores, sua postura e sua posição. Eu não admito isso. Eu acho que tenho posição clara frente ao funcionalismo, o represento, sou oriunda, e não pego votos só do funcionalismo, mas tem momentos em que eu pergunto: será que é oito, oitenta ou eu medio?

Eu acho que isso é um ponto de inflexão que todos temos que fazer. Se eu pudesse puxar por oito ou oitenta, se eu tivesse uma correlação de forças inteiramente favorável, ou muito mais favorável aos servidores públicos do estado de São Paulo na Assembleia, sem dúvida nenhuma, eu iria para o oito ou oitenta, mas como tenho uma posição e sou formada nesta posição, eu não sou obrigada a ser extremista. Não sou obrigada, meu partido não me obriga a ser extrema. Meu partido me diz o seguinte: media.

Você acha que, lá em Brasília, era de seiscentos reais, o mínimo que nós queríamos? Não, não era. Era mais. Era 1.200 reais para o chefe de família? Também não era, mas avançou dos 200 reais. Aí todo mundo da bancada de oposição disse: "Ah, nós avançamos".

Mas 600 reais é muito? Vamos fazer essa conta. Estou vendo bancada de oposição dizendo: "Nós, da bancada de oposição, conseguimos sair de 200 para 600". É muito, seiscentos?

Dá para tratar dos milhares e milhares, centenas de milhares de brasileiros? Ou os 1.200 para o chefe de família? Ou foi a conjuntura e a mediação e a lógica política que levaram a isso? É claro, eu não gostaria. Esta deputada que vos fala não gostaria de votar pela redução.

É uma proposta e quero aqui deixar muito claro: o deputado Enio Tatto, não foi dito o nome dele, ele salvaguardou direitos dos trabalhadores da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. E ontem nós derrubamos por inteiro o Art. 6º, que foi o presidente, o líder do Governo, Carlão Pignatari, que incorporou.

Então, tem que pensar nessas questões também. É oito ou oitenta? Eu largo para lá, eu marquei minha posição e tudo bem? Essa é uma questão que estou lutando para pensar.

E eu não preciso votar em método de votação para mostrar que sou contra. Desculpa. Senão, nós teríamos o nosso método de votação. É porque não quero estar na panela das deputadas que não querem dar os 30 por cento.

Não quero pagar essa marca, não quero ter essa marca da deputada que não quer que descontem os seus 30%, que está atrasando por essa questão.

E aí, quero, com muita tranquilidade, fazer as questões, porque, se eu botar o olho nos outros partidos ou até na bancada de oposição, eu também não vejo as coisas serem muito coerentes. Para o meu gosto, não são. Não é para a gente brigar entre a gente. Aqui é para a gente ter uma unidade.

Lamento, Sr. Deputado, presidente, que nós que tenhamos que primeiro ter dado essa mostra. O Governo do Estado poderia ter feito a iniciativa privada colocar a isenção fiscal, por exemplo, para eles botarem um pouco do dinheiro agora, e não pós.

Então eu vou parar por aqui para dizer o seguinte: voto tranquilamente, porque sei que foi feito o máximo de nós, e passo a palavra ao meu companheiro Dr. Jorge do Carmo, para fazer uso da palavra junto comigo.

Muito obrigada, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra pelo tempo remanescente o deputado Dr. Jorge do Carmo.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - Obrigado, deputada Professora Bebel, nossa líder da Minoria, pelo tempo que me concedeu.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público da TV Alesp, hoje nós estamos discutindo o Projeto de resolução nº 13, de 2020, que já foi objeto de muita negociação nas comissões, no sentido de melhorar o projeto.

O projeto só tem sentido de ser apresentado e depois ser votado se for discutido. Então ele já foi certamente melhorado, e é evidente que a nossa bancada, nossos representantes, os líderes, mais o nosso secretário, contribuíram e nos representam. Eles participaram da conversa, da negociação, e hoje nós estamos aqui para discutir esse projeto e, se possível, se der tempo, votá-lo ainda hoje.

Sr. Presidente, eu quero, antes de falar do projeto de resolução, falar de uma situação infelizmente alarmante, muito preocupante, que é a região leste da cidade de São Paulo.

A gente tem visto aí a quantidade de pessoas mortas, vítimas da Covid-19. Especialmente na periferia de São Paulo - Brasilândia, Vila Nova Cachoeirinha, Freguesia do Ó, Sacomã; na zona leste, Sapopemba, São Mateus, Cidade Tiradentes -, a gente tem visto a quantidade de mortes que, infelizmente, na periferia se alastra.

A gente tem visto também o governador e o prefeito com políticas muito tímidas, porque é politicamente correto falar "Fica em casa". Agora, ficar em casa sem renda, ficar em casa sem dinheiro para pagar as contas, ficar em casa sem dinheiro para comer, para comprar comida, é difícil, é difícil.

Lamentavelmente, em razão de tudo isso, evidentemente também da consciência, da urgência e da necessidade as pessoas acabam se aglomerando, não respeitando o isolamento social. Quero confirmar que eu sou a favor do isolamento social, pois nós sabemos da importância dele para amenizar a situação dos hospitais. Nós temos hospitais na zona leste todos com seus leitos de UTI totalmente saturados, preenchidos.

Tenho insistido com o governador e com o prefeito para construir um hospital de campanha na zona leste, mas infelizmente parece que o prefeito não está preocupado com isso.

Não adianta a gente melhorar ou investir nos cemitérios. Nós estamos querendo fazer política da vida, e não política na morte. Nós queremos evitar que as pessoas vão para os cemitérios.

Tenho visto que o prefeito investiu nos cemitérios, tem liberado recursos, mas nós queremos investimento primeiro na Saúde, para evitar que as pessoas lamentavelmente vão para o cemitério. Por isso, faço novamente aqui um apelo para o prefeito da cidade de São Paulo, Bruno Covas, e o governador, João Doria, para insistir.

Propusemos que seja construído, por exemplo, no estacionamento da Arena Corinthians, em Itaquera, para atender a zona leste de São Paulo, que infelizmente tem sido vítima dessa pandemia que tem prejudicado muito a nossa sociedade, o povo paulista e paulistano.

Mas, voltando, Sr. Presidente, ao projeto de lei, ao projeto de resolução, melhor dizendo, eu quero dizer que sou favorável à redução dos 30% dos deputados, dos nossos subsídios.

Sou também favorável à redução dos 40% da verba de gabinete. Acho que isso avançou bastante, porque seria muito mesquinho da parte dos deputados retirar parte do vale-refeição, do vale-alimentação dos servidores. Mas eu acho... Sou também favorável à questão da redução dos fundos, de 80 por cento. Sou favorável.

Agora, sou contra, e acho que a gente não poderia ficar com essa mácula, essa mancha de ter reduzido o salário dos comissionados e dos estatutários, ou seja, dos servidores da Assembleia.

A Câmara Municipal, como disse o deputado que me antecedeu, fez um gesto de grandeza. E a gente teme que esse projeto de resolução, ainda que seja transitório, ainda que seja provisória a sua eficácia, possa ter problemas na Justiça.

Então, queria ponderar com V. Exa. e dizer que eu sou radicalmente contra a redução do salário do servidor, pois os servidores, sejam eles estatutários ou comissionados, são pessoas que têm trabalho, têm funções. Reduzir percentual de salário de servidor realmente não é uma atitude politicamente correta e nada simpática para nós, deputados.

Então, eu quero dizer para V. Exa. que eu sou contrário à redução dos salários dos servidores na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. E dizer que também sou a favor da redução dos contratos, sou a favor de todas...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para concluir, deputado Jorge Lula do Carmo.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - Sim, vou concluir, Vossa Excelência. Então, só para dizer que eu não estou conformado para votar. Mas eu estou de acordo.

Acho que o que os nossos líderes combinaram, conversaram, nós vamos votar e manter. Mas eu quero ressaltar aqui que eu sou contrário à redução de salário dos servidores públicos da Assembleia Legislativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Obrigado. E já agradeço de antemão tanto a V. Exa. quanto à deputada Bebel por não utilizarem os seus tempos na íntegra, para que a gente consiga votar ainda hoje este projeto.

Próxima inscrita, deputada Erica Malunguinho. Tem a palavra Vossa Excelência.

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde a "todes" da TV Alesp, a quem está nos assistindo, aos "deputades". Quero começar falando sobre a questão dos conflitos, as divergências possíveis que possam acontecer, ainda mais num projeto de resolução, que tem tanta urgência na tramitação.

E falar pontualmente para a Professora Bebel: acho que são muito salutares as divergências. Eu só não acho que é salutar a incoerência.

Acho que a incoerência está num outro caminho, ainda mais quando a incoerência atinge efetivamente aquilo que se dispõe a lutar filosoficamente, as construções de determinados grupos políticos.

A característica da mediação que todas nós, acredito, temos que ter, nesse ponto, no que tange a esse projeto de resolução, visaria objetivamente garantir que o rito de votação se desse de outra maneira, de modo que conseguíssemos separar redução do salário dos deputados da votação do salário de servidores. Isso seria uma mediação coerente em relação à nossa filosofia política, digamos assim. Mas é visível que às vezes isso é negociado ou movimentado de formas que suscitam incoerências, sim.

Outra coisa que eu queria falar é acerca da transparência, da importância... Reiterar essa importância da transparência em todas as ações que são produzidas a partir da necessidade, da urgência da Covid.

Mas também falar da transparência em relação à adesão de algumas emendas ou de sugestões que porventura sejam apontadas por alguns deputados, embora a gente saiba que é uma prática muito comum apagar as proposições da oposição, principalmente quando ela não tem peso quantitativo.

Eu acho muito estranho, por exemplo, quando a gente vê que sugestões já acontecidas são incorporadas, mas essas emendas são rejeitadas. Essas mesmas emendas sugeridas são rejeitadas.

Então, eu queria entender se há uma observação efetiva e aprofundada das matérias que estão protocoladas ou se isso perpassa interesses de proximidades, enfim, ou de outras coisas quaisquer.

No mais, venho falar da importância... Voto favorável à redução do salário de "deputades". Vou me colocar contra a redução do salário de servidores. Acho importante: todo mundo que falou, aqui, que compartilha dessa mesma posição, tanto da oposição quanto da situação, de diversos partidos; todos os que são a favor da diminuição de salário dos deputados e contra dos servidores, que aprovem o rito de votação que separa essas duas votações.

Ademais, a gente consiga garantir a fiscalização para que esse dinheiro vá objetivamente para onde precisa, onde é mais necessário...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputada Erica, vou pedir desculpa de interromper Vossa Excelência, mas, como já deu cinco horas da tarde, nós acabamos o tempo desta sessão.

Preservados 11 minutos e 50 segundos, eu vou levantar a sessão e, em 10 minutos, quando a gente reabrir a segunda sessão, eu devolvo a palavra a Vossa Excelência. Perfeito? Peço desculpas de interromper a sua linha de raciocínio.

Então, esgotado o tempo da presente sessão, em 10 minutos retomaremos a segunda sessão extraordinária.

* * *

- Encerra-se a sessão às 17 horas.

* * *

30 DE ABRIL DE 2020
12ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
EM AMBIENTE VIRTUAL

Presidência: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Abre a sessão. Coloca em discussão o PR 13/20.
2 - ERICA MALUNGUINHO
Discute o PR 13/20.
3 - EDNA MACEDO
Discute o PR 13/20.
4 - JANAINA PASCHOAL
Discute o PR 13/20.
5 - CONTE LOPES
Discute o PR 13/20.
6 - SARGENTO NERI
Discute o PR 13/20.
7 - ADALBERTO FREITAS
Discute o PR 13/20.
8 - DIRCEU DALBEN
Discute o PR 13/20.
9 - WELLINGTON MOURA
Para questão de ordem, indaga à Presidência a possibilidade de votação do PR 13/20, em itens.
10 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Informa que qualquer deputado pode apresentar roteiro de método de votação ao PR 13/20.
11 - DOUGLAS GARCIA
Discute o PR 13/20.
12 - VALERIA BOLSONARO
Discute o PR 13/20.
13 - SEBASTIÃO SANTOS
Discute o PR 13/20.
14 - PAULO CORREA JR
Discute o PR 13/20.
15 - CARLA MORANDO
Discute o PR 13/20.
16 - TENENTE NASCIMENTO
Discute o PR 13/20.
17 - GIL DINIZ
Discute o PR 13/20.
18 - EMIDIO LULA DE SOUZA
Para questão de ordem, indaga à Presidência se há parecer escrito da Procuradoria-Geral desta Casa, a respeito da redução da remuneração de servidores comissionados.
19 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Informa que a Procuradoria-Geral desta Casa não analisa a constitucionalidade de matérias. Acrescenta que não há parecer escrito do órgão.
20 - EMIDIO LULA DE SOUZA
Discute o PR 13/20.
21 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Encerra a discussão do PR 13/20. Estabelece tempo para a apresentação, via chat, de requerimentos de método de votação ao PR 13/20.
22 - MONICA DA BANCADA ATIVISTA
Para questão de ordem, indaga à Presidência qual o protocolo de votação, caso haja mais de um requerimento de método de votação ao PR 13/20.
23 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Informa que o parlamentar deve votar no requerimento de método de votação que preferir. Anuncia que os deputados Campos Machado, Carlão Pignatari e Monica da Bancada Ativista apresentaram requerimentos de método de votação ao PR 13/20. Determina o encaminhamento dos requerimentos, via chat, para demais parlamentares. Estabelece opção para encaminhamentos, a critério das lideranças. Coloca em votação nominal os requerimentos de método de votação ao PR 13/20.
24 - MONICA DA BANCADA ATIVISTA
Para questão de ordem, solicita à Presidência permissão para encaminhar a votação do requerimento de método de votação ao PR 13/20.
25 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Informa que já iniciara a votação nominal dos requerimentos de método de votação ao PR 13/20.
26 - LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA
Para questão de ordem, solicita à Presidência tempo para a leitura dos requerimentos de método de votação ao PR 13/20, apresentados.
27 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Concede tempo para leitura. Explica que cada parlamentar deve votar em um dos três requerimentos de método de votação ao PR 13/20, apresentados.
28 - CAMPOS MACHADO
Para questão de ordem, indaga à Presidência a possibilidade de encaminhar a votação dos requerimentos de método de votação ao PR 13/20.
29 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Dá resposta negativa. Informa que já iniciara a votação nominal dos requerimentos de método de votação ao PR 13/20, apresentados. Inicia o registro dos votos.
30 - ADRIANA BORGO
Para questão de ordem, informa que não recebera os requerimentos de método de votação ao PR 13/20.
31 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Faz leitura dos requerimentos de método de votação ao PR 13/20.
32 - ERICA MALUNGUINHO
Para questão de ordem, clama por tempo adicional de um minuto, para compreensão das emendas ao PR 13/20.
33 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Dá resposta negativa ao pedido. Esclarece que é no encaminhamento que a medida é adotada.
34 - CAMPOS MACHADO
Para questão de ordem, afirma que a Presidência não dera comando "rejeitado" a item de seu requerimento de método de votação ao PR 13/20.
35 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Informa que não há determinação de comando em votação nominal.
36 - WELLINGTON MOURA
Para questão de ordem, indaga à Presidência se há a possibilidade de retirada de um dos requerimentos de método de votação ao PR 13/20, por serem similares.
37 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Afirma que não é possível a retirada de requerimento de método de votação ao PR 13/20, pois já fora iniciada a votação.
38 - EMIDIO LULA DE SOUZA
Para questão de ordem, clama à Presidência que permita encaminhamentos.
39 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Dá resposta negativa. Informa que já iniciara a votação dos requerimentos de método de votação ao PR 13/20. Acrescenta que deve convocar outra sessão extraordinária.
40 - MONICA DA BANCADA ATIVISTA
Para questão de ordem, solicita a seus pares que votem no requerimento de método de votação do deputado Campos Machado.
41 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Convoca sessão extraordinária a ser realizada hoje, dez minutos após o término desta sessão.
42 - RODRIGO GAMBALE
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSL.
43 - ANDRÉ DO PRADO
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PL.
44 - TEONILIO BARBA LULA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PT.
45 - VINÍCIUS CAMARINHA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSB.
46 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Anuncia o resultado da votação nominal, que aprova o requerimento do deputado Carlão Pignatari, de método de votação ao PR 13/20. Lembra sessão extraordinária a ser realizada hoje, dez minutos após o término desta sessão. Encerra a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Presente virtualmente o quórum para o início da sessão da discussão e votação do Projeto de resolução nº 13, de 2020, esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Retomando a palavra, a discussão, a deputada Erica Malunguinho, pelo tempo remanescente da sessão anterior.

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde novamente. Para concluir, presidente, então eu faço um apelo para que sejamos sensatas e objetivas, e sensíveis em relação à essa destinação e à fiscalização desses recursos.

Tem um dado do Boletim Municipal da Secretaria Municipal da Saúde, do dia 17 do quatro, que mostra que no Morumbi, no bairro do Morumbi, foram 297 casos de pessoas contaminadas por coronavírus, e houve sete mortes.

No bairro da Brasilândia, nós tivemos 89 casos e 54 mortes. Então, é nítido que embora digam que a pandemia e o vírus, ele é democrático, e a letalidade não é. Reitero que essa sensibilidade, que essa objetividade, esteja presente na hora em que nós possamos fazer a votação do rito.

A votação do rito é muito importante porque de pouco vai adiantar se nos posicionarmos contra o corte do salário dos servidores quando a gente tem a possibilidade real de fazer diferença e de movimentar essa situação, uma vez que pode ser separada a votação dos salários dos deputados para os salários dos servidores.

Então, reitero a necessidade e a objetividade. E, colocar em prática isso que estamos discutindo. Ou, então, a gente vai reincidir nessas mesmas práticas, como citei anteriormente, de escolhas a partir de uma politização do processo da pandemia.

Como eu disse anteriormente, eu escrevi uma emenda ampliando o fundo de 75% para 80 por cento. Essa emenda foi rejeitada. Depois ela entra como uma subemenda.